

## **BIBLIOTECA NACIONAL COMO INSTRUMENTO PARA OS PROCESSOS EDUCATIVOS**

**Isabella Carolina Pongelupe Assis<sup>1</sup>**

### **Resumo**

Neste trabalho pretende-se estudar a memória presente no patrimônio nacional salvaguardado pela Biblioteca Nacional do Brasil como fonte de construção do ensino e da cultura. O objetivo geral desta pesquisa será analisar as contribuições que o patrimônio nacional salvaguardado pela Biblioteca Nacional do Brasil exerce para a construção e desenvolvimento da educação no âmbito cultural. Os objetivos específicos consistem em conceituar os termos Memória, Cultura e Patrimônio através de uma revisão documental no campo da Educação. Identificar coleções de patrimônio nacional que contribuem para a Memória e Cultura do indivíduo e sociedade. E por fim, evidenciar elementos inerentes à Memória e Cultura para a construção e desenvolvimento de Processos Educativos. A pesquisa apresenta caráter qualitativo utilizando técnicas metodológicas que consistem em uma Revisão Documental sobre livros, textos e artigos observando as características essenciais de suas coleções enquanto ferramenta essencial para a construção dos saberes e o acesso a diversas culturas dos séculos passados. Pretende-se utilizar observação direta sobre a base de dados da instituição com o objetivo de conhecer e identificar as coleções curadas e suas contribuições para o desenvolvimento dos processos educativos ao se correlacionar com a memória no âmbito cultural. Além disso, será realizado um estudo de caso explicativo sobre a BN. A Biblioteca Nacional é responsável por toda a guarda, preservação e captação do patrimônio nacional. As peças organizadas em seus acervos retratam a cultura de povos e civilizações antigas que são repassadas para novas gerações através das memórias. Formando assim, o conhecimento que é parte essencial dos processos educativos. Os resultados que se espera encontrar são dados analisados sobre as coleções patrimoniais da BN e sua influência no desenvolvimento da cultura e do ensino através do acesso pelos usuários.

**Palavras-chave:** Memória; Cultura; Patrimônio Nacional; Educação.

### **Introdução**

A instituição biblioteca é considerada um espaço de transformação social e pessoal, sua principal missão é possibilitar a imersão e a transferência de informações através da leitura e assim incentivá-la para quem desejar. A literatura possibilita conhecimento, aproximação, realizações, desperta o interesse em buscar e interpretar novidades. Através dos livros e da leitura constante o leitor se satisfaz e desenvolve o seu conhecimento pessoal. Além disso, ele é instigado a desenvolver seu pensamento crítico e a competência em questionamentos. Em um

<sup>1</sup> Mestranda em Ciência da Informação pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação – PPGCI da Escola de Ciência da Informação – ECI/UFMG. Bacharel em Biblioteconomia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) *email:* [isabella.pongelupe@gmail.com](mailto:isabella.pongelupe@gmail.com).

ambiente educacional, assim sendo, as escolas, a biblioteca atua incisivamente para a formação humana e conscientização através do incentivo e a formação de leitores.

O bibliotecário possui o papel de mediar nas instituições educacionais e realiza a ponte entre os usuários e a informação desejada. Esse profissional, necessariamente, precisa estar apto às novas tendências tecnológicas e principalmente as notícias que cercam o ambiente, como nas redes sociais. Portanto, é de extrema importância que toda instituição possua uma biblioteca. E que cada biblioteca tenha um bibliotecário que atue efetivamente a sua função, como é assegurado por lei.

As bibliotecas nacionais, também, desempenham o papel de incentivar e formar leitores, e os bibliotecários atuam como mediadores entre usuário e a informação. Sua missão é preservar, salvaguardar, registrar e coletar a produção intelectual do país e possibilitar o seu acesso e o intercâmbio com outras instituições nacionais e internacionais. De acordo com o banco de dados na BN elenca-se uma série de atribuições que são de competência da instituição, são elas: captar, preservar e difundir os registros da memória bibliográfica e documental nacional; adotar as medidas necessárias para a conservação e proteção do patrimônio bibliográfico e digital sob sua custódia; atuar como centro referencial de informações bibliográficas; atuar como órgão responsável pelo controle bibliográfico nacional; ser depositária e assegurar o cumprimento da legislação relativa ao depósito legal; registrar obras intelectuais e averbar a cessão dos direitos patrimoniais do autor; promover a cooperação e a difusão nacional e internacional relativas a sua missão; e fomentar a produção de conhecimento por meio de pesquisa, elaboração e circulação bibliográficas referentes a sua missão.

Todas essas ações promovem e asseguram a difusão e a preservação da memória nacional e do conhecimento que é repassado e comunicado através de canais formais e informais possibilitando o aprendizado e o contato com diferentes culturas. Neste aspecto, ao observar as coleções presentes nos acervos da Biblioteca Nacional pode-se compreender como eles são ferramentas utilizadas pelos profissionais da educação para os processos educativos.

Os acervos presentes na BN dividem-se em: Cartografia, Iconografia, Manuscritos, Músicas e Arquivos Sonoros, Obras Gerais, Obras Raras, Periódicos, Obras de Referência e Coleções. Todas essas coleções podem ser acessadas de forma presencial e em formato virtual através da BNDigital.

Essas coleções presentes nesses espaços são preservadas pela política de preservação digital da BN, que segundo o documento oficial emitido tem por característica e função:

A Política de Preservação Digital da Biblioteca Nacional (PPDBN) estabelece um quadro conceitual para apoiar ações de preservação que possibilitem o acesso sustentável, a longo prazo<sup>2</sup>, ao acervo digital. Reafirma o compromisso institucional com a Preservação, com conceitos e práticas nacionais e internacionais que adotam a conservação preventiva, o gerenciamento de riscos e a pesquisa como princípios centrais e estratégicos para a estruturação de políticas de preservação, subsidiando o desenvolvimento da infraestrutura necessária para captar, gerenciar, preservar e disseminar o acervo digital. (FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL, 2020, p. 7-8)

A preservação possibilita que os documentos e informações sejam preservados por um longo período de tempo não perdendo a sua característica inicial. “A PPDBN adota o conceito amplo de patrimônio cultural, contemplado na diversidade de tipologias de acervo, que constituem a memória nacional e a história institucional” (FBN, 2020, p. 8).

Neste sentido, entende-se que os acervos preservados na Biblioteca são de extrema importância para a construção da identidade nacional e possibilitam o aprendizado e ensino através das informações disponibilizadas. Essas informações e documentos são preservados ao longo dos anos e possibilitam que gerações futuras possam acessá-las. Ou, que pessoas de diferentes lugares do mundo possam conhecer este espaço. Nesta perspectiva, observa-se a importância da memória salvaguardada nesses patrimônios como ferramenta ou instrumento para a construção do ensino e aprendizagem no âmbito cultural e histórico.

## **Desenvolvimento**

A memória é entendida como um dos meios fundamentais que sintetiza e estudam aspectos relacionados ao tempo e a história, nesse sentido, possui diversas ramificações como memória individual, coletiva, social, histórica, nacional, cumulativa entre outros. Neste estudo, se faz necessário estudar todas essas tipologias de memória aplicadas em um contexto social e cultural como objetivo de auxílio nos processos educativos. Ao longo das décadas, o conceito de memória foi definido e sistematizado por diferentes pesquisadores, historiadores e cientistas.

A memória é um elemento essencial do que se costuma chamar identidade, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje,

na febre e na angústia. (LE GOFF, p. 476). A memória é um objeto complexo de estudo e possui diversos desmembramentos. As memórias individuais são produzidas individualmente e ao se unirem com outros sujeitos se tornam coletivas. Para Halbwachs (2006) a memória individual busca recursos produzidos por um grupo (de ressignificação) e faz sentido ao ser colocado em um contexto social.

A memória coletiva não é somente uma conquista, é também um instrumento e um objeto de poder. São as sociedades cuja memória social é sobretudo oral ou que estão em vias de constituir uma memória coletiva escrita que melhor permite compreender esta luta pela dominação da recordação e da tradição, esta manifestação da memória. (LE GOFF, p.476). Ou seja, a memória coletiva não é um ato de revogação, mas, sim de reconstrução.

Le Goff (1990) apresenta o conceito de memória “a memória é um glorioso e admirável dom da natureza, através do qual reevocamos as coisas passadas, abraçamos os presentes e contemplamos as futuras, graças à sua semelhança com as passadas”. (p.453). Para Halbwachs (2006) as memórias passam por um processo de evocação que é utilizado para lembrar e recordar traçando um paralelo entre recordação e lembrança.

Na perspectiva de Halbwachs (2006) a memória de cada homem é sempre coletiva e socialmente construída. O indivíduo nunca está só e, de alguma maneira, participa da vida de um ou mais grupos sociais. Os pensamentos são sempre permeados por lembranças e imagens exteriores, muitas das quais nunca foram vistas ou vividas, mas repassadas por familiares e pessoas do convívio coletivo.

Essas memórias são fontes de identificação que situam o homem no grupo e na sociedade. A memória é, portanto, uma faculdade humana alimentada socialmente, muitas vezes de informações que antecederam o nascimento das pessoas. (HALBWACHS, 2006 apud MOTTA, 2003).

Sendo assim, Halbwachs estabelece uma divisão entre a memória coletiva e social, onde a coletiva é restrita aos grupos, centrando-se nas referências ligadas a eles, como por exemplo, lembranças de família, religiosidade, mantendo costumes, crenças e comportamentos. A memória social, conhecida, também como memória histórica, é norteada por construções orientadas e propositais, com o objetivo de estabelecer uma lembrança comum entre grupos sociais que não necessariamente interagem de forma direta, estabelecendo conexão entre eles.

Orientando-se por essa perspectiva, a memória social pode ser uma ferramenta para a construção da nação, apoiando-se em acontecimentos marcantes que identifiquem aquela sociedade.

Segundo a interpretação de Gerard Namer (1987), a memória social para Halbwachs é a memória coletiva que, com o tempo, privada do contexto do grupo, transforma-se em uma memória da sociedade em geral. Refere-se, assim, àquela memória que perpassa vários grupos, períodos e espaços, reproduzindo-se fora dos contextos mais restritos nos quais é possível contar com a transmissão oral, costumes e tradições (...) a memória social apoia-se nos quadros sociais da memória. Estes quadros de referência servem como provocação, para trazer à lembrança temas ou assuntos referentes a uma coletividade. (NAMER, G. 1987 apud MOTTA, L. 2003).

Para Menezes (1992) a memória não pode ser evidenciada como qualquer coincidência entre a história. "a memória, como construção social, é formação de imagem necessária para os processos de constituição e reforço da identidade individual, coletiva e nacional" (p. 22) e não pode ser confundida com a história "que é a forma intelectual de conhecimento, operação cognitiva" (p.22).

Na perspectiva de Pierre Nora (1993, p. 9) observa que memória e história estão longe de serem sinônimos e que na verdade elas se opõem uma à outra. A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações. A história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. A memória é o fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente, a história, uma representação do passado.

Nesta perspectiva, a memória é formada em decorrência de informações produzidas no passado e que ganham relevância no presente, ou que são acometidas em contexto social. No âmbito cultural, essas memórias se intensificam com a presença de patrimônios ricos em simbologia e história.

O patrimônio apresenta diversas vertentes pode ser individual, coletivo, histórico, nacional, material e imaterial. O patrimônio individual "depende de nós, que decidimos o que nos interessa" (FUNARI, P; PELEGRINI, S. 2006, p. 9). O patrimônio coletivo na perspectiva dos mesmos autores "é sempre algo mais distante, pois é definido e determinado por outras pessoas, mesmo quando essa coletividade nos é próxima" (p.9). Nesta perspectiva, coletividade e o

patrimônio se aproximam uma vez que “as coletividades são constituídas por grupos diversos, em constante mutação, com interesses distintos e, não raro, conflitantes” (p. 10).

Segundo o IPHAN (2014) patrimônio cultural é “de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira”. Neste sentido, observa-se as ramificações no qual o patrimônio se estabelece enquanto artefato cultural e histórico da sociedade. De forma material, pode-se considerar prédios, monumentos, igrejas entre outros. E imaterial, pode-se considerar crenças, rezas, falas, danças entre outros.

O patrimônio material protegido pelo Iphan é composto por um conjunto de bens culturais classificados segundo sua natureza, conforme os quatro Livros do Tombo: arqueológico, paisagístico e etnográfico; histórico; belas artes; e das artes aplicadas. A Constituição Federal de 1988, em seus artigos 215 e 216, ampliou a noção de patrimônio cultural ao reconhecer a existência de bens culturais de natureza material e imaterial e, também, ao estabelecer outras formas de preservação – como o Registro e o Inventário – além do Tombamento, instituído pelo Decreto-Lei nº. 25, de 30 de novembro de 1937, que é adequado, principalmente, à proteção de edificações, paisagens e conjuntos históricos urbanos. (IPHAN, 2014).

O IPHAN, ainda define o que é considerado patrimônio imaterial protegido pela legislação brasileira.

Os bens culturais de natureza imaterial dizem respeito àquelas práticas e domínios da vida social que se manifestam em saberes, ofícios e modos de fazer; celebrações; formas de expressão cênicas, plásticas, musicais ou lúdicas; e nos lugares (como mercados, feiras e santuários que abrigam práticas culturais coletivas). A Constituição Federal de 1988, em seus artigos 215 e 216, ampliou a noção de patrimônio cultural ao reconhecer a existência de bens culturais de natureza material e imaterial. (IPHAN, 2014).

Neste sentido, observa-se a importância da preservação, salvaguardar e tombamento dos artefatos considerados relíquias e objeto identificador da sociedade no qual ele se insere. Ao analisar as coleções digitais preservadas e salvaguardas pela BNDigital entende-se a importância desses documentos como instrumento ou ferramenta de ensino e aprendizagem. Essas coleções, em grande maioria são acervos fotográficos digitais que podem ser acessados de diferentes lugares em épocas distintas.

Existem, atualmente, diversas coleções curadas na BNDigital, observando a Hemeroteca Digital pode-se identificar que se trata de um portal eletrônico de periódicos nacionais que possui consulta e pesquisa ampla em jornais, revistas, anuários entre outros possibilitando o acesso de

diversos pesquisadores em diferentes épocas e lugares. Encontra-se o primeiro jornal produzido em território nacional, ainda nas primeiras edições, como por exemplo, o correio brasileiro e a gazeta do Rio de Janeiro, ambos fundada em 1808, a jornais extintos no século XX, como o Diário Carioca e Correio da Manhã, ou que não circulam mais na forma impressa, como o Jornal do Brasil.

Periódicos de instituições científicas também compõem um segmento especial do acervo já disponível. São alguns deles os Annaes da Escola de Minas de Ouro Preto, O Progresso Médico, a Revista Médica Brasileira, os Annaes de Medicina Brasiliense, o Boletim da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, a Revista do Instituto Polytechnico Brasileiro, a Rodriguesia: revista do Jardim Botânico do Rio de Janeiro, o Jornal do Agricultor, entre muitos outros. O pesquisador pode consultar também outras modalidades de publicação, como o Boletim da Ilustríssima Câmara Municipal da Corte, os Relatórios dos Presidentes das Províncias (no Império) o Boletim do Museu Paraense de História Natural e Ethnographia, a Revista do Archivo Público Mineiro, a Gazeta dos Tribunaes: dos juízes e factos judiciaes, do foro e da jurisprudência (Rio de Janeiro) etc. (BNDigital, 2022).

Diante disso, observa-se que a Hemeroteca Digital é um portal relevante para a pesquisa acadêmica e histórica, uma vez que possui documentos periódicos de instituições científicas, e, também, jornais, boletins, revistas antigas do século passado. Ressalta-se que esse portal é ferramenta e instrumento essencial para o auxílio nos processos educativos uma vez que repassa a informação e possibilita que o usuário ou pesquisador construa o seu próprio conhecimento.

Pode-se destacar a coleção Camoneana, que está organizada como uma exposição digital e virtual que foi realizada para comemorar o tricentenário da morte de Luís de Camões “a Biblioteca Nacional vem consolidando uma longa tradição na montagem de exposições documentais” (BNDigital, 2022).

Outras coleções de grande relevância e destaque foram criadas e expostas, é o caso da exposição “D. Maria I, Portugal e o Brasil: elos de uma mesma corrente” que retrata a história de Maria I a primeira rainha de Portugal na época em que era considerado a maior potência europeia. A exposição “Isabel, regente do império, mãe e mulher: a princesa que não chegou a reinar” retrata a história da princesa Isabel, filha e herdeira de Dom Pedro II, não chegou a reinar, mas foi regente por três vezes no império. A exposição “1808-1818: A construção do reino do Brasil” retrata os dez primeiros anos da transformação da colônia portuguesa no centro de seu império. A exposição “Pernambuco 1817 – A revolução” com um apanhado de livros, documentos,

jornais a Biblioteca Nacional elucidou a revolução pernambucana devido as insurgências do império português.

Todas essas exposições e as outras coleções sintetizam o papel de informar, transmitir o conhecimento, e auxiliar na pesquisa e busca informacional para a pesquisa acadêmica ou pesquisas em geral. Além disso, possibilitam a produção e a construção do conhecimento individual e coletivo. Segundo Freire “Saber que ensinar não é transmitir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção”.

## **Conclusão**

A memória é um instrumento fundamental para a construção do conhecimento individual e coletivo e são vivenciadas em um contexto social. A Biblioteca Nacional enquanto instituição promove a circulação e a transmissão de informações que possibilitam a construção deste conhecimento.

A informação modifica o ser humano na medida em que ele não conhece aquilo que está sendo expressado e a partir desse momento o seu arcabouço teórico e o seu conhecimento são desenvolvidos e construídos. Neste sentido, percebe-se a importância das coleções e exposições preservadas e salvaguardas pela BN. Além de expressão a identidade e cultura nacional elas contribuem para transmitir informações dos mais variados gêneros, em específico, acontecimentos e marcos históricos, promovem a difusão e a disseminação da cultura e da informação através dos registros memoriais e são ferramentas e instrumentos que auxiliam o processo ensino e aprendizagem.

O acesso a todas as coleções e exposições é facilitado, basta o usuário ter um acesso a computador com internet. O material é preservado que forma que não perca a sua autenticidade e as suas principais características originais. Possibilitando que possam ser acessados e pesquisados por indivíduos de lugares e épocas distintas.

Por fim, o acesso a esses documentos e informações asseguram a possibilidade de transmissão de significados e simbologias, de culturas dos séculos passados e costumes antigos através da fotografia, elemento essencial utilizado para observação, esses marcos contribuem de forma assertiva para a transmissão de informação e a construção do conhecimento.

## **Referências**



BIBLIOTECA NACIONAL DIGITAL DO BRASIL. BNDigital do Brasil. Rio de Janeiro: BNDigital, 2022. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/>. Acesso em: 24 out. 2022.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2021.

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL. Exposições. BNDigital. Rio de Janeiro: FBN, 2022. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/exposicoes/>. Acesso em: 23 out. 2022.

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL. Política de Preservação Digital. Fundação Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro: FBN, 2020. 36 p.

HALBWACHS, Maurice. Memória individual e memória coletiva. In: HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva. São Paulo: Centauro, 2006, p.29-70.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Patrimônio Cultural. IPHAN. Brasília: IPHAN, 2014. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/218>. Acesso em: 24 out. 2022.

LE GOFF, Jacques. Memória. In: História e memória. 5 ed. Campinas: UNICAMP, 2003, p. 419-476.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. A história, cativa da memória?: para um mapeamento da memória no campo das ciências sociais. Rev. Hist. Bras. São Paulo, 34:9-24, 1992.

MOTTA, Lia . O patrimônio das cidades. In: *Seminário Internacional "Museus e Cidades"*, Livro do Seminário Internacional. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2003. p. 123-152.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Proj. História, São Paulo, (10), dez. 1993, p.7-28. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101/8763>, acesso: 17/08/2022.